

## **A INFÂNCIA NA FRONTEIRA AMAZÔNICA BINACIONAL BRASIL E COLÔMBIA:**

Um olhar para os direitos sociais das crianças a partir das políticas públicas

Marinete Lourenço Mota<sup>1</sup>

Iraildes Caldas Torres<sup>2</sup>

Marinildes Verçosa Ferreira<sup>3</sup>

**RESUMO:** Trata-se de tecer o levantamento acerca das políticas públicas para infância, discorrendo sobre os direitos sociais da criança no âmbito da fronteira binacional Brasil e Colômbia. Procedimento metodológico que vem contribuir com a análise a respeito da vida da criança, sua formação, seus problemas sociais em Tabatinga/Brasil/Amazonas no limiar da fronteira com Letícia/Colômbia/ Amazonas, enquanto projeto de tese de doutorado pelo Programa Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas - UFAM.

**Palavras chaves:** Políticas Públicas. Fronteira. Criança. Infância. Direitos sociais.

**ABSTRACT:** It is to weave the survey about public policies to childhood, discussing the social rights of the child within the binational border Brazil and Colombia. Methodological procedure that will contribute to the analysis about the child's life, their education, their social problems in Tabatinga / Brazil / Amazon in the threshold border with Leticia / Colombia / Amazonas, while doctoral thesis project for Society and Culture Program Amazon - PPGSCA the Federal University of Amazonas - UFAM.

**Keywords:** Public Policy. Border. Child. Childhood. Social rights.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia/UFAM.

<sup>2</sup> Professora Doutora da Universidade Federal do Amazonas

<sup>3</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia/UFAM

## 1 INTRODUÇÃO

Falar das Amazônias é também falar de infâncias ao invés da infância. Cenários que possibilitam a compreensão de várias infâncias vivenciadas por crianças constituindo identidades e culturas na região. A compreensão das infâncias na Amazônia é uma possibilidade de distinguir que as características da infância não se constroem da mesma forma em todos os lugares, uma vez que esta adquire as cores, os odores e os temperos do tempo e do espaço social de inserção das crianças, confirmando a tese de que “A infância é uma forma particular e distinta em qualquer estrutura social de sociedade” (QVORTRUP, 2011, p. 200).

A realidade da diversidade de formação social e cultural da Amazônia é um fenômeno social abordado por várias áreas do conhecimento, entre elas destacamos os estudos Antropológicos e Sociológicos que se preocupam com questões específicas jamais abordadas por outras ciências. Categorias analíticas compreendidas por estas áreas como culturas, identidades, formação social, sociedade, organização social, modos de vidas, costumes e tradições contribuem para a compreensão de que a heterogeneidade da sociedade Amazônica consagra uma “pluralidade de modos de, fazer parte e de ser, expressadas em particularidades, individualidades, rupturas, singularidades e contrastes, dos quais se podem apreender os sentimentos de pertencimento e vinculação, ou seja, as identidades<sup>4</sup>” (WEIGEL, 2006, p.54).

Desse modo, falamos de infâncias ao invés da infância na Amazônia. A diversidade dos grupos sociais, seus modos de produções culturais e organizações sociais sejam indígenas ou não indígenas, pela miscigenação, migração interna e/ou externa, costumes tradicionais ou não na região há de se falar das diferentes identidades das crianças que escrevem a história social das diferentes Amazônias, assim, podemos falar das identidades das crianças Amazônicas como: ribeirinhas, indígenas, as migrantes, as seringueiras, as madeireiras, artesãs, escravas, trabalhadoras, as carvoeiras, operárias, as da fronteira dentre muitas outras que caracterizam as diferentes concepções e modos de infâncias neste espaço.

---

<sup>4</sup> Sob a perspectiva conceitual trabalhada por Santos (1994) identidades culturais, compreendidas de uma forma dinâmica como resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação permeadas de negociações de sentidos como identificações em curso.

As políticas públicas são veios pelos quais também se traduzem a concepção de ser criança e ter infância. Aqui cabe retratar estrategicamente sobre este duplo objeto criança/infância a respeito dos direitos sociais contemplados pelos países Brasil e Colômbia que em determinado espaço geográfico, no caso, na região norte no que se refere a região brasileira, mais precisamente no Amazonas, se convergem e constroem modos de vida e de infâncias singular frente a outras realidades sociais fronteiriças.

## **2 A CRIANÇA DE ONTEM: UM POUCO DA HISTÓRIA SOCIAL**

A análise da produção existente sobre a história da infância permite-nos afirmar que a preocupação com a criança enquanto um ser social nem sempre existiu, encontrando-se presente somente a partir do século XIX, tanto em nosso país – Brasil - Colômbia, como em outros países da Gaia - Terra. No entanto, mesmo a infância constituindo-se como um problema social a partir deste século, ainda não foi suficiente para torná-la um problema de investigação científica.

O marco divisor e propulsor da invisibilidade a visibilidade científica da infância se dá com a obra clássica de Philippe Ariés (2006)<sup>5</sup>, a qual tem ao longo desses anos passado por novas edições. Sua iconografia intitulada História Social da Criança e da Família se apresenta como uma importante fonte de conhecimento pioneira na análise e concepção da infância, traçando um perfil das características infantis do período medieval por meio da simbologia, dos signos contemplados nos quadros artísticos da época, de documentos iconográficos e a literatura retratando o sentimento sobre a infância, seu comportamento no meio social e suas relações com a família.

---

<sup>5</sup> Por qualificar a obra clássica de Philippe Ariés “A história social da criança e a da família” como seminal no tocante a criança e a infância, por mais que se considere algumas críticas com relação a superação de hipóteses do autor, como por exemplo a inexistência do sentimento da infância, é uma fonte de inspiração para muitos pesquisadores de vários países e não só da Europa que desde os anos de 1960 vem tentando desnaturalizar as relações entre a criança, a escola, a família e o mundo social. Por último por ser uma obra interdisciplinar e como todo estudo científico não pronto e acabado como um dogma, mas como sugestões de novas reflexões e novas concepções dos conceitos de criança e infância.

Trabalho este que tem oportunizado a percepção as interações das crianças em seus convívios sociais e o modo de vida das crianças em tempos passados e que de certa forma ainda iluminam muitas ideias do que é ter infância e ser criança hoje nas sociedades.

Em Ariés (2006, p. 99) é contundente a afirmação da constatação da fragilidade da criança, bem como de sua desvalorização, principalmente nos séculos que antecedem o período medieval. O autor caracteriza como a não existência de um sentimento de infância, mas com isso não queria dizer que a criança não existisse – ela sempre existiu – mas não possuía a mesma significação social e discursiva surgida apenas na idade média. Embora o autor fale da sociedade tradicional francesa, seu estudo influenciou cientistas de vários outros países, incluindo entre estes o Brasil e a Colômbia embora mais tardiamente que a Europa.

A imagem de criança predominante nesses períodos sinaliza para as práticas de infanticídio e abandono cometidas por familiares e o Estado relatado tanto pela mitologia quanto pela filosofia grega descrevendo o poder do Estado e atos cívicos aceitos por toda a sociedade quanto ao destino das crianças abandonadas pelas famílias de classes subalternizadas como: serem criadas como escravas; quanto às meninas se prostituírem e os meninos tornarem-se guerreiros; ou simplesmente morrerem por falta de cuidados ou inanição.

A classe social da criança nos primórdios da humanidade definia as imagens das crianças. As crianças de classes subalternas eram as que mais se encontravam em zonas de riscos, sendo preparadas desde cedo para exercer algum ofício no campo da arte musical, a tocar instrumentos, cantar e dançar para atrair e agradar os clientes para o mercado sexual, havendo a legalidade da exploração sexual, assim, desde cedo as crianças aprendiam sobre métodos contraceptivos e de aborto. A criança era tida como uma espécie de instrumento de manipulação ideológica dos adultos, ou seja, meros objetos, a partir do momento em que elas apresentavam independência física, era logo inserida no mundo adulto.

Ao abordar a criança e os sentimentos de infância no século XX e na contemporaneidade não tem como não passar pelo crivo das ideias técnicas e científicas anunciadas pelo capitalismo em pleno apogeu. Análises estas respaldadas e refletidas a partir de disciplinas como a Psicologia, Medicina, Pedagogia, a Sociologia e Antropologia clássica, bem como outros campos de saber, passando a divulgar um parecer científico a respeito dessa fase da vida

humana, adquirindo dessas constatações uma maior respeitabilidade frente à sociedade. A ideia de criança como não mais formada e sim socializada<sup>6</sup>, ensinada e adaptada, apresenta o interesse cada vez maior dos pais pelos seus filhos.

Nesta perspectiva de socialização as crianças são vistas como seres em transição da infância para a vida adulta, na perspectiva filosófica de um devir, ficando aos cuidados do adulto até a sua autonomia, ou sua independência, de tal forma que “As crianças não sendo consideradas como seres plenos, são precepcionadas como estando em vias de o ser, por efeito da ação adulta sobre as novas gerações” (SARMENTO, 2009, p.20). Nessa percepção de criança como sujeito só na vida adulta o futuro a ela pertence, no presente ela é completamente desconsiderada.

### **3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS DIREITOS SOCIAIS DAS CRIANÇAS NO BRASIL E NA COLÔMBIA NOS TEMPOS CONTEMPORÂNEOS**

Pensar sobre a infância no decorrer das últimas décadas faz suscitar a necessidade de refletir sobre as transformações que tem introduzido novas conjunturas e desencadeado diferentes concepções e olhares sobre um mesmo fato ou acontecimento. Mudanças tais que nos tem inspirado constantes indagações, como por exemplo: qual é o espaço social ocupado pelas crianças hoje em nossa sociedade? Como tem sido tratado a questão infância?

No decorrer dessas mudanças, o conceito de infância ganhou uma nova exterioridade incorporando uma reestruturação que lhe sugere outro *status*. A criança da atualidade está inserida em um contexto com novas demandas sociais, necessidades e características. Necessidades que outrora não se encontravam,

---

<sup>6</sup> A partir dos conceitos de socialização tratada pela sociologia clássica de Emile Dhyrkheim (1972) em que a criança é percebida como aluno, principal objeto de análises, introduzindo a criança como aluno no âmbito das discussões científicas e servindo como referencia teórica nas discussões sobre socialização da criança para várias áreas de conhecimentos.

sendo elas frutos da nova ordem constituída pelo neoliberalismo e pela globalização<sup>7</sup>.

De acordo com Prout (2010) foi durante os anos 1980 e 1990 quando a sociologia tentava se manter em sintonia, com um conjunto complexo de mudanças sociais, abalando os pressupostos modernos que lhe haviam servido de base durante quase todo o século anterior. O problema que Prout (2010, 733) expõe é de que a teoria social moderna nunca havia dado espaço à infância. E a Sociologia da Infância surge então com uma dupla tarefa: “[...] criar um espaço para a infância no discurso sociológico e encarar a complexidade e ambiguidade da infância como um fenômeno contemporâneo e instável”.

A infância atualmente é moldada a partir das novas formas de falar e sentir dos adultos em relação ao que fazer com as crianças, ou seja, são as forças culturais, completamente eventuais, que forjam a infância (ARIÉS, 2006). Assim, todos os acontecimentos que perpassam a história da infância serviram para estruturar um novo perfil da criança, do ponto de vista sociológico, como um componente histórico-cultural moldada por vários condicionantes sejam os políticos, econômicos, sociais e culturais.

A percepção das crianças como seres sociais e direitos cidadãos na sociedade brasileira tem se desenvolvido a partir de marcos políticos históricos conquistados constitucionalmente e que tem contribuído para essa visibilidade da criança, conforme ilustra o quadro a seguir:

MARCOS	BREVE DESCRIÇÃO
Declaração Universal dos direitos Humanos de 1948	Faz surgir a elaboração de tratados internacionais e para a formulação da Doutrina da Proteção Integral da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Infância.
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância no Brasil em 1950. Criada em 11 de dezembro de 1946 por decisão unânime na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), oportunizando inicialmente programas de assistência emergencial para crianças e adolescentes no período do pós-guerra na Europa, no Oriente Médio e na China.	Apoiando algumas das mais importantes transformações na área da infância e da adolescência no País, como as grandes campanhas de imunização, aleitamento, combate à mortalidade infantil. Vale ressaltar o seu incentivo junto às pesquisas sobre a criança na Amazônia, tendo realizado trabalhos significativos no âmbito de diagnósticos das

<sup>7</sup> Fenômeno que o mundo atual não pode fugir, existindo a globalização hegemônica dominante em que seus modelos de processos econômico, políticos, sociais e culturais extrapolam as fronteiras nacionais. A globalização integra desigualmente os diferentes países e localidades em relações mundializadas. Devendo para tanto, como se diz Boaventura de Souza Santos (2003), se pensar em outras globalizações a partir de um paradigma emergente para se contrapor ao hegemônico a globalização contra-hegemônica.

	condições socioeconômicas das crianças da região.
Declaração Universal dos direitos da Criança em 1959	Propagando princípios do “interesse superior da criança”, destacando-se os cuidados especiais em decorrência de sua situação peculiar de pessoa em desenvolvimento.
1979 Ano Internacional da Criança pela ONU	Inspirou a elaboração do art. 227 da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Traz uma inovação na representação e infância e dos direitos da criança, bem como intensas e instigantes produções acadêmicas.
Década de 1980: criação e consolidação de ONGs	ONGs voltadas para a proteção da Infância mundialmente, as maiores responsáveis pela reunião de dados significativos sobre a infância.
Até final da década de 1980 vigorou no Brasil a Doutrina da Situação Irregular	Representada juridicamente no Código de Menores, desde 1927. Sua reformulação em 1979, manteve os princípios da teoria menorista da situação irregular, e recebeu inspiração do regime totalitarista e militarista.
Os direitos da criança e do adolescente na constituição Federal Brasileira (CF) de 1988	Estabelece o Estado Democrático de Direito, define que todas as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, universaliza os direitos humanos e determina a participação popular na gestão das políticas, permitindo a inclusão dos direitos da criança e do adolescente nas constituições estaduais e leis orgânicas municipais e, simultaneamente, a luta pela remoção do entulho autoritário – substituição da legislação anticidadania, como era o caso do Código de Menores.
A Convenção Internacional dos Direitos da Criança realizada em 20 de dezembro de 1989	Aderida pelo Brasil em 1990
Estatuto da Criança e do Adolescente Lei 8.069 de 1990	O Estatuto é o arcabouço jurídico da Doutrina de Proteção Integral universalizada na Convenção. Tanto o artigo 227 da CF, quanto o Estatuto da criança e do Adolescente tem seus fundamentos na normativa internacional considerando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração universal dos Direitos da Criança, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, as Regras de Beijing <sup>8</sup> , as Diretrizes de Riad <sup>9</sup> , entre outros, que tratam dos direitos fundamentais e da proteção integral de crianças e de adolescentes.

Quadro 1 – Marcos políticos históricos em prol da criança como ser social no Brasil

Fonte: Pesquisa bibliográfica, 2013.

Na Colômbia os marcos históricos que delineiam a imagem da criança como ser social também sofreram influências pelas mobilizações como a Declaração Universal dos direitos Humanos de 1948; Declaração Universal dos direitos da

<sup>8</sup> Regras mínimas das Nações Unidas para a administração da justiça de menores.

<sup>9</sup> Diretrizes das Nações Unidas para a prevenção da Delinquência Juvenil.

Criança em 1959; 1979 Ano Internacional da Criança pela ONU; A Convenção Internacional dos Direitos da Criança realizada em 20 de dezembro de 1989.

Até os anos de 1970 na Colômbia não existia um modelo estatal para atenção e educação da população menor de 7 anos chamada primeira infância. Neste mesmo ano por recomendação da Organização Mundial da Saúde estabelece-se um programa vinculado ao Instituto Colombiano Bienestar Familiar (ICBF) de atenção à primeira infância, principalmente no quesito alimentação.

De modo específico por intermédio do Governo Republicano da Colômbia de Carlos Lleras Restrepo, incentivado pela primeira Dama Cecília de la Fuente Lleras é sancionado pela Ley 75 em 03 de dezembro de 1968 o ICBF<sup>10</sup> e em 1979 pela Ley de Nº 7 o ICBF passa a atender para fortalecer a família e proteger as crianças. A nova Constituição Política da Colômbia de 1991 vem regulamentar a atualização do marco conceitual de proteção, da criança cidadã e da adequação legislativa do Código de Menor de acordo com o documento do Plano Nacional de ação a favor da infância na Colômbia (1996).

Atualmente o país conta com a Ley 1098 de 08 de novembro de 2006 denominada como Código de la infância y la adolescência, regendo todos os princípios de proteção, de direitos, cuidados e atenção com a criança colombiana.

Mesmo após as conquistas constitucionais pelas organizações sociais esses estabelecimentos teóricos de políticas públicas no Brasil e na Colômbia não têm garantido a plenitude desses direitos sociais da criança. No Brasil a aplicabilidade da lei ainda deixa muito a desejar, como muitas outras na história do país, pelas corrupções, pelos desvios de verbas e mesmo pela reprodução de um pensamento social arraigado da insignificância da criança. Scherer (2004) em depoimento à agência de comunicação Uga-Uga<sup>11</sup> em defesa da criança e do adolescente no Amazonas analisa que essas políticas exprimem em caráter geral a universalização, porém, na prática a atuação estatal deixa transparecer outro sentido “Revela uma forma de hierarquizar as políticas numa direção que privilegia alguns atores sociais, conforme seus interesses, posições e lugares” (SCHERER, 2004, p.10).

---

<sup>10</sup> Departamento administrativo do Estado para a prosperidade da Colômbia.

<sup>11</sup> Agência de comunicação no Amazonas por meio do Núcleo de Notícias dos direitos da criança e adolescente faz uma análise das políticas públicas sobre os direitos da criança em parceria com a Rede ANDI (Agencia de Notícias dos Direitos da Infância). Pesquisa divulgada em julho de 2004.



Diante do exposto, vale ressaltar que a efetivação das políticas públicas para as crianças têm se constituído como argumentos de poucos interesses políticos, uma vez que as crianças não representam uma voz de poder decisório enquanto ato democrático pelas vias eleitorais.

É possível, perceber o paradoxo que se estabelece entre o que promulga a lei e o que de fato na realidade acontece. Ao mesmo tempo em que reconhecem as crianças como sujeitos de direitos sociais, desconsideram suas vozes, são silenciadas, sem direitos a participação social, como se fossem meros objetos na sociedade, e podendo portanto por ela serem manipuladas.

O retrato do descaso social com relação à criança revela um cenário de profundo desrespeito para com a mesma. Os atendimentos básicos de direitos sociais das crianças como educação, saúde e lazer, se dão de forma precária e quase inexistente levando a exclusão social das crianças.

### **3 CONCLUSÃO**

As ideias sobre a criança e a infância na fronteira Amazônica binacional (Brasil e Colômbia) tem um legado histórico de desrespeito e de percepções ancoradas em pensamentos de poder patriarcalistas e capitalista ligadas ao processo de desenvolvimento da região que colocam a criança duas vezes mais no lugar da invisibilidade social, de uma relação de poder dos adultos sobre as crianças e de uma infância negada enquanto um direito garantido constitucionalmente, tendo que a criança desde a mais tenra idade contribuir com a renda familiar.

A má condição socioeconômica das famílias amazônicas brasileiras e colombianas, a situação da pobreza, saúde e educação básica precária, saneamento básico, as consequências dos processos de desenvolvimento econômico da modernidade, a ausência do Estado caracterizam o subdesenvolvimento da região e a criança em meio a este contexto de precariedade social e econômica sofre as consequências de uma vida de muitas dificuldades e problemas em vários aspectos de seu desenvolvimento que deveria ser integral em atenção a sua dignidade humana.

A problemática da marginalização de insignificância com relação à criança ligada aos fatores de ordem social como difícil acesso, a escassez de serviços públicos, falta de emprego para muitos membros das famílias, a ausência de um modelo tecnológico para uso dos recursos naturais, insuficiência nas estruturas

sociais como a educação e a saúde, caracterizam a vida social das crianças brasileiras, mas também das colombianas de acordo com Morales (1990) pela brusca transformação na esfera econômica da economia mundial, produzindo situações que afetaram as populações, sobretudo as infâncias.

Cenário social tanto do Brasil quanto da Colômbia em que expõem suas populações infantis às situações de vulnerabilidades sociais. A esse respeito Morales (1990) grafa que a partir dos anos de 1980 mais da metade das crianças colombianas vivem situações de extrema pobreza quantificando um total de 51,6%, onde os efeitos da pobreza são mais danosos e perigosos no período pré-natal (gestacional) e os três primeiros anos de vida. Apesar das implementações governamentais em ambos os países, como outros da América Latina, ainda há crianças que vivem as consequências das desigualdades econômicas e sociais.

As políticas públicas para a proteção dos direitos das crianças em ambos os países se estabelecem pela ruptura entre a teoria e a prática. As leis de proteção sinalizadas teoricamente tratam de afirmar o direito à dignidade de vida das crianças e as reconhecem como cidadãs de direitos. Na prática a efetivação das políticas públicas muda de figura pelas inúmeras dificuldades de ordens diversas e tornam-se como diz Kramer (2001) uma arte do disfarce que acabam não se concretizando para muitas crianças tendo suas infâncias roubadas, negadas e negligenciadas, vivendo precocemente a vida de adulto.

## **REFERÊNCIAS**

ARIÉS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Tradução de Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

KRAMER, S. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. Rio de Janeiro: Cortez, 2001.

MORALES, Ser criança na Colômbia: elementos de Sociologia da Infância. Bogotá: UNICEF/ Editorial Gente Nueva, 1990.

PROUT, Alan. Reconsiderando a nova Sociologia da Infância. Tradução de Fátima Murad. In: Cadernos de Pesquisa, v.40, nº 4, set/dez, 2010.

QVORTRUP, Jens. Nove teses sobre a infância como um fenômeno social. Proposições, Campinas, v.22, n.1 (64), jan/abr, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. In: Tempo Social – Ver. Socio. São Paulo, nov. 1994.

\_\_\_\_\_. Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento. Currículo sem fronteiras, v.3, n.2, jul/dez de 2003.

SARMENTO, Manuel. Estudos da infância: Educação e práticas Sociais. 2. Ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SCHERER, Elenise. Aspectos conceituais das políticas públicas. In: Pesquisa Agência Uga-Uga de Comunicação/Rede ANDI. A criança e o adolescente na mídia do Amazonas – Ano 5 – Número 5, julho de 2004.

WEIGEL, Valéria Augusta de Medeiros. Sociedade, cultura e Educação: uma abordagem antropológica. In: BRITO, Luiz C. Cerquinho (org.). Sociedade, Educação e Formação do Sujeito. Manaus: EUDA, CEFORT/UFAM, 2006.